

DELEGADO É MANTIDO

Juiz determina que Homicídios investigue crime

O juiz-corregedor de Santo André, Rodrigo Capez, decidiu ontem que as investigações sobre o assassinato do sindicalista Oswaldo Cruz Júnior devem continuar sob responsabilidade da Divisão de Homicídios. Segundo Capez, a Divisão "tem atribuição para apurar crimes na Capital e em todo o Estado e é inegável que dispõe de recursos materiais e humanos". A decisão judicial contraria requerimento assinado por oito promotores de Santo André, que pretendiam retirar o inquérito das mãos do delegado Nélson Silveira Guimarães, diretor da Divisão de Homicídios, acusando-o de não conduzir "com isenção" a apuração.

Oswaldo Cruz era presidente do Sindicato dos Condutores Rodoviários do ABC e foi morto com quatro tiros pelas costas. O principal suspeito do crime é José Benedito de Souza, o "Zézé", que confessou ter assassinado o sindicalista porque era "humilhado por ele". O inquérito foi aberto pela 1ª Delegacia de Santo André mas o governador Luiz Antonio Fleury decidiu transferir a condução da investigação para as mãos do delegado Guimarães. Os promotores requisitaram ao juiz-corregedor que determinasse o retorno dos autos a Santo André. O secretário da Segurança, desembargador Odyr Porto, defendeu a necessidade de se manter o inquérito na Divisão de Homicídios.

O delegado Guimarães decidiu que, a partir de segunda-feira, vai se instalar na Delegacia Seccional de Santo André para continuar tomando depoimentos de testemunhas e envolvidos no caso. "Com o deslocamento do delegado a Santo André não se vislumbra qualquer prejuízo à celeridade do inquérito", decretou o juiz-corregedor.

Um crime em "legítima defesa, sem mandante nem conotação política". Foi esta a versão apre-

sentada quinta-feira à noite, pelo assassino de Oswaldo Cruz Júnior, José Benedito de Souza, o Zézé. Pernambucano, 33 anos, quatro filhos, ex-plantador de feijão nas roças de Bodocó, sua cidade natal, cobrador de ônibus com salário de CR\$ 90 mil e há cerca de um ano diretor sindical, Zézé confessou o crime para um grupo de jornalistas. Seu advogado, David Marques Muniz Rechulski, preferiu que ele desse o primeiro depoimento à imprensa.

Zézé reapareceu 14 dias depois do crime. Não foi para se entregar à polícia, embora revele esta intenção. Ele aguarda, agora, orientação do advogado, que luta para conseguir a revogação da prisão temporária, já decretada pelo delegado Nelson Guimarães. Ontem, Rechulski afirmou



Zézé: foragido.

Clóvis Ferreira/AE

que ainda não entrou com pedido de habeas-corpus porque o promotor e o delegado que estão no caso estão contestando as testemunhas apresentadas — seus nomes não foram revelados por razões de segurança. Ele espera que seu cliente possa depor no Tribunal do Júri de Santo André — onde será julgado — e na presença de um promotor e de um juiz para assegurar a integridade do processo, "até agora conduzido de forma política", na sua avaliação.

Aparentando calma, Zézé fez sua primeira aparição num escritório de advocacia no centro de São Paulo, para onde os jornalistas foram levados com todas as precauções para que não fossem seguidos — os dois carros usados na operação circularam por 47 minutos pela cidade para despistar possíveis seguidores. No encontro, os repórteres não puderam carregar telefones celulares e ficaram proibidos de fazer qualquer comunicação por cerca de duas horas. Apenas dez minutos depois da saída de Zézé, foram autorizados a fazer contatos.